

Uma docente negra e a educação das relações étnico-raciais: escrevivências

A Black Educator and the Education of Ethnic-Racial Relations: Black Feminist Writing/Life Stories

Una maestra negra y la educación de las relaciones étnico-raciales: escrevivencias

Jandira de Oliveira Costa

 0000-0002-4305-168X

RESUMO: Este trabalho, de caráter autobiográfico, tem o objetivo de apresentar e refletir acerca de experiências das práticas pedagógicas vivenciadas em vista da implementação da Lei 10.639/2003, que propõe o ensino da educação das relações étnico-raciais, a História da África e da Cultura Afro-brasileira. Configura-se em um memorial acadêmico (Câmara; Passeggi, 2013) com foco mais narrativo e reflexivo acerca das experiências em escolas inseridas em bairros com população de maioria negra. Discorro acerca das experiências e vivências ressignificadas a partir da conscientização, pertencimento e posicionamento crítico em vista do desenvolvimento de práticas emancipatórias em relação ao tema proposto ora como docente, e também gestora, na educação na educação básica, ora como professora e pesquisadora no ensino superior por meio de pesquisa-ação ou docência. Parece-nos ter sido possível, ao longo do texto, relatar propostas como projetos que se integram com vistas a proporcionar a cooperação entre o tema da educação das relações étnico-raciais e diversos componentes curriculares, tanto na educação básica quanto na formação inicial ou continuada de professores, em um entrelaçamento direcionado para (re)pensar questões étnico-raciais e seu necessário enfrentamento com vistas à educação das relações étnico-raciais e uma sociedade mais justa.

PALAVRAS-CHAVE: lei 10.639/2003; relações étnico-raciais; ensino.

ABSTRACT: This autobiographical work aims to present and reflect upon experiences in pedagogical practices vis-à-vis the implementation of law 10.639/2003, which proposes the teaching of ethnic relations education, African History and Afro-Brazilian Culture, situated in schools and temporally organized within these spaces. The work takes the form of a reflective academic record (Câmara; Passeggi, 2013) of the experiences that took place in schools located in neighborhoods with a majority black population. I discuss work strategies, and work proposals, experiences, and moments that were re-signified based on awareness, belonging and critical stance based on emancipatory practices in relation to the proposed theme both as a teacher and also a manager in basic education, as well as a professor and researcher in higher education through action research. Throughout the text, it has been possible to report proposals such as projects that integrate in order to enhance the cooperation between the theme of ethnic-racial relations and several curricular components, both in basic education and in the initial or continuing training of teachers, in an interweaving directed toward rethinking ethnic-racial issues and their necessary confrontation with a view to ethnic-racial relations education and a fairer society.

KEYWORDS: law 10.639/2003; ethnic-racial relations; teaching.

RESUMEN: Este trabajo, de carácter autobiográfico, tiene como objetivo presentar y reflexionar sobre las experiencias de las prácticas pedagógicas vividas con miras a la implementación de la Ley 10.639/2003, que propone la enseñanza de la educación para las relaciones étnico-raciales, la Historia de África y la Cultura Afrobrasileña. Se configura como una memoria académica (Câmara; Passegi, 2013) con un enfoque más narrativo y reflexivo sobre las experiencias en escuelas ubicadas en barrios con población mayoritariamente negra. Discurso sobre las experiencias y vivencias ressignificadas a partir de la concienciación, el sentido de pertenencia y el posicionamiento crítico con miras al desarrollo de prácticas emancipadoras en relación con el tema propuesto, ya sea como docente y también gestora en la educación básica, o como profesora e investigadora en la enseñanza superior a través de la investigación-acción o la docencia. Nos parece que ha sido posible, a lo largo del texto, relatar propuestas como

proyectos que se integran con el fin de proporcionar la cooperación entre el tema de la educación para las relaciones étnico-raciales y diversos componentes curriculares, tanto en la educación básica como en la formación inicial o continua de profesores, en un entrelazamiento dirigido a (re)pensar las cuestiones étnico-raciales y su necesario afrontamiento con miras a la educación para las relaciones étnico-raciales y una sociedad más justa.

PALABRAS CLAVE: ley 10.639/2003; relaciones étnico-raciales; enseñanza.

Palavras iniciais

VOZES-MULHERES

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e fome
(...)*

(Evaristo, 2022)

Início este relato com a epígrafe do poema *Vozes-Mulheres*, de Conceição Evaristo, estabelecendo o lugar social a partir do qual me posiciono e relato minhas escrituras. Por este motivo, tomo a licença de escrever em primeira pessoa, no conceito de *escritura* proposto por Evaristo e explicado por Natália (2020) quando detalha, fazendo uso das palavras de Deleuze e Guatarri, o seguinte:

Escrever não é se limitar à incidental experiência de um ser humano excepcional, não se reduz ao mero exercício narcísico – veremos isso adiante – mas é, antes, uma autobiografia, uma construção de interconexões entre vivências distendidas no tempo-espaço, sendo, assim, uma cena de agenciamento coletivo de enunciação (Deleuze; Guatarri, 2014, *apud* Natália, 2020, p. 210).

Escrevo vivências a partir de outras palavras que me despertaram, enunciações outras,

promovendo encontros cruciais comigo mesma, com minha ancestralidade e com a minha história vivida e, a partir de tais encontros e consciência desperta, ações refletidas e consequentes na docência ao longo de minha trajetória no campo da educação.

Minha voz, neste relato, busca ser o ateste de tantas outras que foram, e ainda são, silenciadas por processos de racialização, exclusão e desvalorização. Busco contextualizar o entrelaçamento dos elementos e premissas da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) com a minha trajetória pessoal e profissional, justificando meu envolvimento teórico e prático na temática deste artigo, configurado como um memorial de uma mulher-educadora com seu corpo negro.

Nesta senda, este memorial tem o objetivo de apresentar e refletir acerca de experiências das práticas pedagógicas vivenciadas em vista da implementação da Lei 10.639/2003, que propõe o ensino da educação das relações étnico-raciais, a História da África e da Cultura Afro-brasileira. O memorial, conforme definição de Câmara e Passeggi (2013), configura-se

[...] como um gênero acadêmico autobiográfico, por meio do qual o autor se (auto)avalia e tece reflexões críticas sobre seu percurso intelectual e profissional, em função de uma demanda institucional. O interesse de sua narrativa é clarificar experiências significativas para a formação e situar seus projetos atuais e futuros no processo de inserção acadêmica e ascensão profissional (Câmara; Passeggi, 2013, p. 35).

Para tanto, tento desvelar o processo de constituição de minha própria subjetividade e das práticas docentes, como também do pertencimento e posicionamento crítico em vista da educação das relações étnico-raciais. Ainda, conforme Flores (2022), opto pelo relato autobiográfico como percurso metodológico pelo fato de que “as biografias, portanto, não falam apenas dos sujeitos individuais, mas fundamentalmente, nos mostram os contextos sociais, políticos e culturais nos quais elas foram sendo construídas” (Flores, 2022, p. 23).

Sobre a perspectiva da pesquisa biográfica, o referido autor explica que esta se tornou muito mais evidente durante os últimos quinze anos, visto que grupos minoritarizados, coletivos marginalizados e feministas, como também comunidades étnicas subalternizadas, passaram a utilizá-la ativamente em suas práticas de estudo e ação, como uma reivindicação de sua própria voz em vista de mudança e justiça social. (Flores, 2022, p. 23).

Nesta senda autobiográfica, portanto, o texto se organiza nas seguintes seções: Palavras iniciais; Mulher, negra, educadora: a (re)descoberta de mim e minha consequente atuação;

Escrituras ampliadas: da docência à gestão e formação continuada; Outros tempos, outras atuações, mas o foco na EREER continua...; Escrituras de outros espaços: a atuação no ensino superior, seguidas das Palavras finais.

Mulher, negra, educadora: a (re)descoberta de mim e minha consequente atuação

Sou Jandira de Oliveira Costa, professora afro-indígena brasileira, atualmente atuante no ensino superior e aposentada da Rede Municipal de Educação de São Paulo (REMESP). Defino-me como uma mulher afro-indígena, de origem humilde, descendente de negros escravizados que *"não viraram comida de tubarão"*¹ nos oceanos de outrora, e de povos originários, especificamente de uma adolescente da etnia Xavante, que foi capturada e escravizada em terras nordestinas. Meus pais, oriundos do sudoeste baiano, migraram para São Paulo no início da década de 1960 em busca de melhores condições para viver.

Para dar continuidade, preciso ainda trazer, novamente, a voz de Conceição Evaristo e seu conceito de escritura, aprofundando o conceito que ela própria explica:

Escritura, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. (Evaristo, 2020, p. 30)

Assim como Conceição Evaristo, que não nasceu cercada de livros, mas tomou a palavra e a escrita para fazê-las ressoar, também não cresci rodeada por livros, contudo, tornei-me educadora, sendo a primeira professora da minha família e, similarmente, tomei a palavra e a escrita para fazê-las ressoar.

Ingressei na REMESP em 1988. Minha atuação na educação básica foi ampla (docência, gestão, cargos técnicos) e coincidiu com a gestão de Paulo Freire, então Secretário da Educação

¹ Frase dita com frequência por Mano Brown antes de cantar Nego Drama em diversos shows do grupo Racionais MC's. Refere-se às pessoas que morriam na travessia no oceano Atlântico. Acerca da mortalidade dos que eram capturados na África, segundo Gomes (2019, p. 36), entre 40% e 45% dos africanos capturados morriam no caminho entre as zonas de origem e o litoral; dos sobreviventes, mais 10% a 15% faleciam enquanto aguardavam o embarque nos portos (o que podia durar cerca de um mês) e, dos que embarcavam nos navios negreiros, aproximadamente 10% morriam durante a viagem pelo oceano.

no município de São Paulo. A leitura de obras como *"Pedagogia do Oprimido"* (Freire, 1968) foi crucial, transformando minha consciência ao me fazer entender que a exclusão e todos os processos de preconceito racial e social vivenciados pela comunidade negra em geral não se tratavam (e não se tratam) de questões pessoais, mas sim de intrincadas conjunturas sistêmicas e estruturais nas quais fora assentada a sociedade brasileira (Mignolo, 2017).

Esta conscientização me impulsionou à luta e à resistência contra o racismo em escolas periféricas, onde geralmente atuei, com maioria de estudantes negros e negras, com recorrentes distorções de idade-série e a multirrepetência à época. Buscava valorizar as histórias, culturas e os direitos das pessoas com corpos negros e indígenas, e suas histórias, nas escolas.

No alcance de minhas possibilidades de atuação, mesmo que tateando à época, utilizei os pressupostos freireanos para transgredir o sistema em sala de aula. Um exemplo disto é que, antes mesmo da Lei nº 10.639/2003, eu buscava promover a representatividade negra e indígena, no ambiente escolar, por meio da literatura, usando obras como *"Menina Bonita do Laço de Fita"* (Ana Maria Machado), *"O Menino Marrom"* (Ziraldo), e alguns livros de lendas indígenas e contos africanos disponíveis nos acervos das salas de leitura das unidades educacionais, apesar da escassez de materiais literários paradigmáticos à época. Dada esta realidade, mantinha-me, frequentemente, em leituras de mitos, lendas, contos e narrativas tradicionais.

Importante ressaltar que, na literatura infantil brasileira, as personagens negras eram majoritariamente representadas de forma subalterna e secundária. O Sítio do Picapau Amarelo, de Monteiro Lobato, uma coleção de 23 livros considerada um marco nacional e influente na cultura brasileira, exemplifica tal tendência por meio de figuras como Tia Nastácia e Tio Barnabé, cuja posição coadjuvante reforçava ideologias de discriminação e menos-valia.

Contudo, a representação de personagens do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, como também outras obras lobatianas (como em "Urupês", e seu personagem Jeca Tatu, e o romance "O Presidente Negro") vão além de posição subalterna ou coadjuvante. Estudos publicados como os de Stepan (2004), Figueiredo (2019), Ferretti Junior (2020), Leal e Silva (2022), Santos (2022), Hora (2023), dentre outros, evidenciam que a trajetória e o pensamento do referido autor estão atrelados a um histórico de racismo e eugenia² manifestos na reprodução de

² Eugenia: Ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana. (Dicionário Aurélio)

ideologias discriminatórias em sua vasta e influente produção literária.

Este cenário da presença dos negros e negras como velhos contadores de história, personagens subvalorizados ou folclóricos, ou ainda da ausência do negro na literatura, evidenciando uma hierarquia racial, é explicado por Gouveia, e, em suas palavras,

Na verdade, a questão da raça emerge de forma ambígua ao longo de tais narrativas. Por um lado, o negro vinha reafirmar a identidade nacional, associado ao folclore brasileiro e marcando com suas histórias, práticas religiosas e valores, a infância dos personagens. Por outro, esses mesmos valores não encontravam lugar no seio de uma sociedade que se pretendia moderna, fazendo-o ocupar um espaço social à parte. Enquanto a modernidade, associada à urbanidade, ao progresso, à técnica, e à ruptura, era representada pelos personagens brancos adultos, os negros eram relacionados a significantes opostos, como tradição e ignorância, universo rural e passado (Gouveia, 2005, p. 6).

Tal realidade, por desdobramento de intensas lutas dos movimentos negros, vem se modificando a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, abrindo o caminho para que publicações infantojuvenis na temática das relações étnico-raciais pudessem ser introduzidas e trabalhadas com representações de personagens negros e negras protagonistas e críticas nos currículos educacionais.

Com a aprovação da referida lei, intensifiquei minha atuação na reivindicação de recursos, como, por exemplo, com um acervo literário volante de qualidade, a fim de que os estudantes de minha turma pudessem dispor de livros para leitura em projetos diversos, para além da única aula semanal na sala de leitura, em uma luta contínua por um currículo mais inclusivo e digno para estudantes negros e negras. Destaco, também, a importância da inclusão desta pauta nas discussões em âmbito da formação continuada nos horários de estudo coletivo. Tais estudos e reflexões foram essenciais para a mobilização, ampliação e ressignificação de saberes e prática docentes em relação à valorização da herança africana, afro-brasileira e indígena.

Recordo-me que, em um momento de formação continuada em reunião pedagógica, o documentário "Olhos Azuis" (de Jane Elliott)³ impulsionou importantes reflexões sobre as estruturas de subalternização reproduzidas no ambiente escolar em função do pertencimento étnico. O impacto deste sistema de poder e hierarquização em nossos estudantes negros e

³ O documentário "Olhos Azuis" (Blue Eyed, 1996), de Jane Elliott, teve, como objetivo principal, demonstrar e fazer com que as pessoas sentissem alguns dos efeitos arbitrários e destrutivos da discriminação e do racismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XUEAgbLIKeQ>. Acesso em: 26 set. 2025.

negras, por meio de processos de racialização e subalternização, em relação ao seu próprio pertencimento étnico, é real, cruel e devastador.

Escrituras ampliadas: da docência à gestão e formação continuada

Após cerca de oito anos da promulgação da Lei 10.639/2003, minha trajetória profissional se expandiu da sala de aula para outros segmentos educacionais, como a coordenação pedagógica, direção escolar e a função de assistente técnico de educação em Diretorias Regionais de Educação (DREs).

Esta mudança de espaço social permitiu-me transcender da docência para engajar-me em outras esferas de gestão, e, inclusive, com a implementação da referida lei e formação continuada dos educadores na jurisdição de algumas DREs no município de São Paulo. Envolvi-me diretamente na formação de coordenadores pedagógicos, professores orientadores de sala de leitura (POSL), além de outras frentes de trabalho na equipe pedagógica. Um marco significativo desse período, em relação à educação das relações étnico-raciais, refere-se ao projeto “Leituraço”, iniciado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) em 2014. De grande importância, o Leituraço incentiva a leitura e valorização de obras literárias que prestigiavam as culturas africanas, afro-brasileiras, indígenas e migrantes. À época de sua implantação, foram enviados às unidades educacionais acervos com obras literárias para tal finalidade. Atualmente, muitas obras com este perfil já integram os acervos das salas de leitura das unidades educacionais na rede paulistana de educação.

Neste projeto, o *Leituraço*, as leituras ocorrem em sessões simultâneas, geralmente no início das aulas, em vários espaços das unidades educacionais e dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), e contam com a participação de toda a comunidade escolar. Por meio de tais ações, incentiva-se a leitura em todas as etapas da educação básica, com o objetivo de ampliar o repertório cultural de estudantes e educadores, como também promover uma visão positiva e diversa das populações afro-brasileiras, indígenas e migrantes, o que é fundamental para fortalecer o respeito e a construção da identidade.

Para ilustrar, cito alguns títulos de obras literárias que integraram o acervo enviado às unidades educacionais no ano de 2015: *O Ônibus de Rosa* (Fabrizio Silei; Maurizio A. C. Quarello), *A Cura da Terra* (Eliane Potiguara), *Encontros de Histórias: do Arco-Íris à Lua, do*

Brasil à África (Regina Claro)⁴.

No âmbito das atuações na gestão em unidades educacionais, as responsabilidades e as possibilidades de atuação dos gestores e educadores no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação no ambiente escolar são de diversas naturezas complexas e desafiadoras, inclusive no âmbito da EREER. Contudo, posso afirmar que minha experiência nas DREs, especialmente com as demandas formativas para a EREER, permitiu-me contribuir para a institucionalização de práticas que visam a uma educação antirracista e colocar-me de modo crítico e propositivo frente a este cenário.

Outros tempos, outras atuações, mas o foco na EREER continua...

No momento da escrita deste relato, já sou professora aposentada da REMESP e atuo em outras instâncias (formação continuada de professores e ensino superior). Desenvolvo um trabalho de pesquisa-intervenção em uma escola municipal na cidade São Paulo em região periférica, com foco em letramentos e ensino de leitura e escrita utilizando o referencial teórico-metodológico da Pedagogia com base em Gêneros de Texto da Escola de Sydney (PGES). Esta pedagogia tem como objetivo central diminuir a desigualdade na aprendizagem ao garantir que todos os alunos, especialmente aqueles de grupos historicamente marginalizados, tenham acesso ao conhecimento explícito sobre os gêneros textuais exigidos pelo currículo (Rose; Martin, 2018).

No ano de 2024, parte dos trabalhos realizados nesta pesquisa-intervenção ocorreu com uma professora do 2º ano do Ensino Fundamental e sua turma, a partir do tema priorizado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola: *identidade, gênero e território*. Neste grande tema guarda-chuva, a referida professora decidiu engajar-se em um projeto para investigar a realidade da mulher na sociedade tendo, como referências, mulheres inspiradoras e suas lutas nos contextos vivenciados.

Importante destacar que, no distrito municipal Pedreira, local em que a referida unidade educacional está situada, a porcentagem de população negra (pretos e pardos) é de 52,4%, conforme dados sintetizados no *Mapa da Desigualdade 2021*, por *Periferia em Movimento*⁵.

⁴ Para mais detalhes acerca do acervo do Leituraço 2015, acesse: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/acervo_Leitura%C3%A7o2015.pdf. Acesso em 26 set.2025.

⁵ *Periferia em Movimento* refere-se a uma produtora independente de Jornalismo de Quebrada com foco na geração

Neste contexto, estabeleceu-se, como foco de trabalho, o estudo de biografias de mulheres na sociedade brasileira para, a partir das realidades relatadas, estabelecer conexões com os contextos locais, articulando a produção de minibiografias para homenagear as mulheres especiais de suas famílias.

Para tanto, estabeleceu-se um projeto didático para elaboração conjunta de minibiografia de Elza Soares, em proposta de interfaces entre a leitura e a escrita, tendo, como referência, a obra “Elza: a voz do milênio” (Nini Rizzi e ilustrações de Edson Ikê), por meio de diversas estratégias envolvendo preparação da leitura, leitura detalhada e construção conjunta, trazendo à tona as discussões sobre o lugar social que ocupa a mulher negra na sociedade brasileira entre processos de discriminação, racismo, patriarcalismo e desigualdades, como também a análise linguística em busca da compreensão do funcionamento da linguagem no referido gênero de texto para promoção da leitura e escrita.

Tal proposta teve grande importância e impacto visto que não é simples refletir a respeito desta temática e tomar consciência de realidades de subalternização, menos-valia e racialização tão arraigados na sociedade e vivenciados pelas próprias crianças e as mulheres com as quais convivem em seus cotidianos. Importante lembrar que, no 2º ano do Ensino Fundamental, as crianças estão, em média, com sete anos de idade. A professora participante relatou-me que as reflexões foram impactantes em sua turma, e os relatos de seus estudantes articulavam as agruras da vida de Elza Soares com realidades vivenciadas por eles mesmos e pelas mulheres de suas famílias.

Na etapa de produção conjunta da minibiografia de Elza Soares, tendo como base a sua biografia, a profundidade de tantas reflexões ocorridas na turma sobre a temática do preconceito e racialização foi revelada. Não é o foco deste memorial relatar o projeto de leitura e produção de textos a partir da PGES em desenvolvimento no âmbito da pesquisa-intervenção nesta escola⁶, mas, sim, um caminho percorrido no âmbito da Lei n.º 10.639/03 na demanda de profissionais engajados na luta antirracista, em espaços educacionais, por uma educação democrática que reconheça o direito à diversidade étnico-racial como um princípio pedagógico

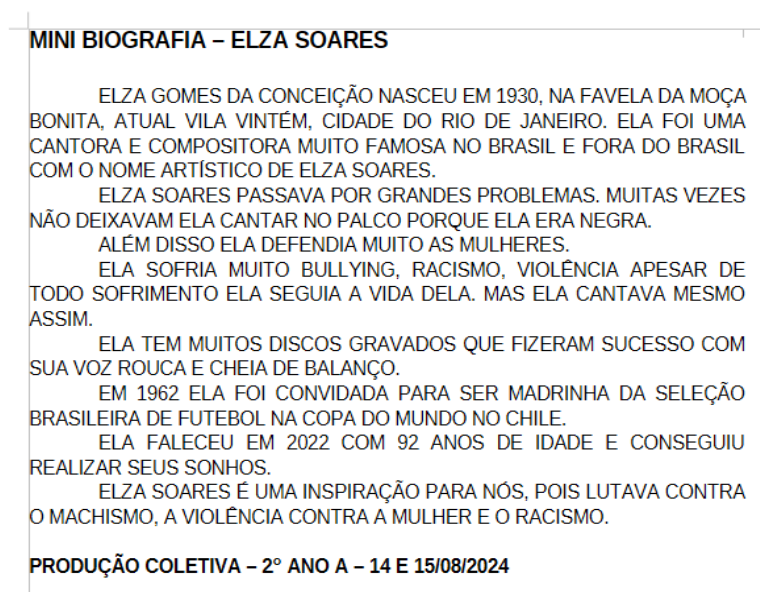
e distribuição de informação dos extremos ao centro. Dados disponíveis em: <https://periferiaemmovimento.com.br/mapadadesigualdade112022/#:~:text=Periferias%20de%20SP%20s%C3%A3o%20mais,que%20no%20restante%20da%20cidade>. Acesso em 26 set.2025.

⁶ Se for do interesse, remeto a trabalho similar publicado nos anais do VII CONBALF (Congresso Brasileiro de Alfabetização), disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/vii-congresso-brasileiro-alfabetizacao/1125391-o-genero-biografia-em-turmas-de-terceiro-ano-do-ensino-fundamental-pelo-vies-da-pedagogia-com-base-em-generos-da>. Acesso em 26 set.2025.

fundamental, justificada pela grande proporção da população negra e pelo reconhecimento social da riqueza de sua contribuição para o país (Gomes, 2012, p. 19).

Considero importante, contudo, socializar uma produção conjunta de texto de gênero minibiografia, de Elza Soares, num dos momentos vivenciados em aula compartilhada com a professora regente da turma no âmbito do projeto de pesquisa-intervenção, ilustrado na Figura 1 a seguir:

Figura 1: Texto do gênero minibiografia construído conjuntamente⁷



Fonte: Acervo da autora.

É relevante mencionar que, no âmbito das convenções da língua portuguesa no processo de revisão do texto produzido, ainda haveria elementos a serem trabalhados com a turma no texto, entretanto, na consideração dos tempos de aprendizagem das crianças no segundo ano, ponderou-se que os significados construídos por meio das escolhas lexicais na organização e funcionamento da linguagem no referido texto biográfico respondiam ao que os estudantes da turma queriam dizer. Contudo, posteriormente a professora deu continuidade aos trabalhos de revisão conjunta com foco em recursos coesivos e pontuação, dado que os significados, na dimensão semântica, estavam contemplados.

⁷ Para realização da pesquisa-ação, foram elaborados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido com a descrição dos objetivos, aporte teórico, procedimentos metodológicos para as docentes participantes. Os termos de autorização de uso de imagem, áudio e produção dos estudantes encontram-se em posse da escola.

Ainda outros momentos ocorreram neste trabalho, e os mesmos foram expostos na mostra cultural para a comunidade educacional. Um destes momentos do projeto refere-se à elaboração de um livro sanfonado com o texto produzido conjuntamente e ilustrado pelas crianças da turma. Dos desenhos feitos, elegeu-se, na própria turma, o que seria utilizado como capa, conforme ilustrado na Figura 2 em continuidade.

Figura 2 – Capa do livro sanfonado



Fonte: Foto feita e cedida pela professora participante.

A potência desta ilustração é impactante. O reconhecimento social da importância cultural da pessoa biografada, Elza Soares, da luta e resistência como mulher negra em busca de justiça na sociedade, atesta, por meio do desenho (uma releitura da capa da obra utilizada como repertório), a sua representatividade e referência positiva na (re)construção de identidades para as crianças em formação nos ambientes educacionais. “Crianças também têm o direito de ser reconhecidas em suas identidades e de desenvolver a sua autoestima e seus valores como grupo étnico ou histórico” (Unicef, 2010), ainda mais na consideração da significativa proporção de negros na composição da população brasileira e na comunidade local.

Além disto, a valorização e o reconhecimento público da cultura e das tradições afro-brasileiras por personalidades negras e afrodescendentes no Brasil evidenciam o protagonismo de personalidades nas esferas das artes, educação e política, por exemplo, atuando como elementos de grande importância na (re)construção da identidade e autoestima para toda a comunidade negra, dadas suas referências positivas no campo das lutas sociais, resistências,

silenciamentos, conforme destaques das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social [...] (Brasil, 2004, p. 23).

Tais vivências, relatadas até este ponto, são alguns entre tantos trabalhos possíveis e que ocorrem nas instituições de educação em vista da implementação da EREER e em conformidade das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, como destacado acima e também em continuidade:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares. (Brasil, 2004, p. 21)

Contudo, apesar de a Lei 10.639/2003 ter tornado obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos cotidianos educacionais, a sua implementação ainda é um processo desafiador. Precisamos avançar muito para que o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação seja devidamente reconhecido como uma pauta fundamental, explícita e transversal, e de muitíssima importância na luta nacional contra as desigualdades sociais.

Escrituras de outros espaços: a atuação no ensino superior

Em 2023, ingressei no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia, campus Jacaré, São Paulo (IFSP – JCR), no curso de licenciatura em Pedagogia, por meio de um Processo Seletivo Simplificado (PSS) em uma vaga para substituição por, no máximo, dois anos, contudo, permaneci somente no ano de 2023, pois o professor a quem eu substituí retornaria no ano seguinte. Pelo que me recordo, cerca de cinco professoras e professores negros integravam o corpo docente do referido campus, sendo, a grande maioria, formada por professores e

professoras brancas. No curso de Pedagogia, à época, havia somente a minha presença com meu corpo negro.

No processo de atribuição de aulas, fui consultada pelos pares com o intuito de saberem meu posicionamento quanto ao interesse em ministrar as aulas do componente História das Relações Étnico-Raciais no Brasil, que faz parte do Núcleo de Formação Geral do referido curso, mas recusei a proposta. Como uma professora negra não quer trabalhar com este componente curricular? Isto gerou surpresa em alguns colegas. Esclareci, naquele momento que, enquanto educadora em vários segmentos na REMESP, atuei pela implementação da Lei 10.639/2003, e já mesmo antes de sua promulgação, movia-me em meu campo de possibilidades nesta temática. Contudo, para as aulas no curso de Licenciatura em Pedagogia no semestre em questão, eu considerava mais produtiva minha atuação dentro de meus interesses de investigação e pesquisa, dada a emergência das aulas e, nestes termos, estabeleceria nexos com a EREB. Os componentes curriculares atribuídos a mim foram: Seminários de Pesquisa e Ensino 1, Educação de Jovens e Adultos e Fundamentos Teóricos de Ensino-Aprendizagem de Geografia 1 no 1º semestre letivo, e Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa 1, Educação de Jovens e Adultos, Seminários de Pesquisa e Ensino 2, esta última em caráter de docência compartilhada, no 2º semestre, além de Orientação de Estágio Obrigatório Supervisionado ao longo dos dois semestres de atuação.

A proposta pedagógica do referido curso assevera, em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o seguinte:

(...) a necessidade de se pensar uma educação democrática, compreendendo que as contradições sociais não se resolvem no interior da educação, mas tão pouco podem ser desconsideradas num projeto de educação para todos e todas. Uma educação que visa a democracia e a emancipação necessariamente deve promover o acesso a conhecimentos socialmente acumulados relevantes para estudantes, com especial atenção àqueles provenientes de estratos sociais desfavorecidos que terão dificuldades em acessar tais conhecimentos por outras fontes, por isso a desvalorização do ensino, o esvaziamento de conteúdos e a dificuldade de acesso aos livros e às instituições de educação prejudicam mais os mais pobres (Saviani, 2000; Tragtenberg, 2012). (IFSP, JCR, 2023).

Dado tal direcionamento, como mulher negra, afro-indígena brasileira, docente naquela instituição no ensino superior, tendo já percorrido um trajeto de conscientização, atuação crítica e de enfrentamento ao racismo e outros marcadores sociais de preconceito no âmbito da educação básica, dei continuidade à imperiosa necessidade de articulação e estabelecimento de

conexões em vista da promoção de formação crítica dos estudantes no curso, visto ser a proposta vigente na instituição.

Como citado, não fiquei como professora regente do componente História das Relações Étnico-Raciais no Brasil, contudo, considerando os contextos desafiadores nos quais se encontram o sistema educacional brasileiro, como também a sociedade atual, as experiências de docência que privilegiem a análise e reflexão crítica, promovendo uma formação emancipatória são cruciais. Para tanto, de modo transversal, interdisciplinar e pautada na práxis, propus a articulação entre alguns componentes.

A partir da conexão entre as disciplinas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino-Aprendizagem de Geografia, e Estágio Supervisionado, e após reflexão crítica sobre a história e a oferta da EJA, foi proposta uma atividade de regência (parte do estágio), em que o objetivo era explorar conhecimentos de Geografia (especificamente os itinerários e espaços vividos pelos estudantes) por meio de uma abordagem digital. Os graduandos planejaram e implementaram as aulas, utilizando aplicativos web em Chromebooks em turmas de EJA na unidade educacional onde se realizava o estágio. Esta vivência prática de regência no estágio supervisionado, além de gerar muito aprendizado, estimulou importantes questionamentos e estudos focados na realidade das turmas envolvidas, que eram compostas, em sua maioria, por estudantes negros e negras. Segundo dados oficiais do Censo Escolar 2013, a presença de adultos e jovens negros na EJA é de 74,9%⁸. Isto não é obra do acaso ou coincidência.

Na ementa da disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA), propus, para estudo, o Parecer 11/2000⁹, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, dentre outros referenciais. Os trabalhos com a legislação educacional foram encaminhados na modalidade de seminários. Ao estudar as funções reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA, um dos grupos de estudantes lançou questionamentos a partir do referido parecer: *Porquê essa desigualdade existe? Esta realidade resulta do caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, indígenas, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros (à classe popular em geral)*. Reflexões desta natureza não

⁸ Conforme dados do Censo Escola 2023 disponibilizados em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/pretos-e-pardos-juntos-sao-maioria-entre-concluintes-do-ensino-medio>. Acesso em 26 set.2025.

⁹ Disponível em https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf,. Acesso em 26 set.2025.

foram raras ao longo do semestre, permitindo, paulatinamente, maior consciência acerca dos processos de racialização, subalternização e controle na construção da sociedade moderna (Mignolo, 2017).

Neste mesmo parecer (11/2000), destaca-se, ainda: *A Constituição Imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita. (art. 179, inciso 32). Contudo, a titularidade da cidadania era restrita aos livres e aos libertos*. Vale lembrar que os negros e negras escravizados não eram considerados cidadãos, logo, excluídos de toda e qualquer forma digna de sobrevivência. Somente na Constituição de 1934, em seu art.149, foi reconhecido, pela primeira vez, em caráter nacional, a educação como direito de todos, com o dever de ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Estas reflexões nas aulas possibilitaram uma aproximação e compreensão sucessivas da realidade em foco e, transversalmente, da educação das relações étnico-raciais e a necessidade de implementação da Lei 10.639/2003.

Cabe ressaltar que a proposta de conexão e articulação entre componentes curriculares está contida no PPC do curso em questão, conforme destacado a seguir:

O desenvolvimento dos conteúdos previstos em cada um dos componentes curriculares poderá envolver situações didáticas planejadas de forma multidisciplinar, pluridisciplinar ou interdisciplinar, de acordo com a proposta dos docentes responsáveis e a aderência entre as disciplinas.¹⁰ (IFSP – JCR, 2023, p. 25)

Meu o objetivo, como docente, não se referia a discutir temas de modo isolado, mas, como propõe a legislação educacional, articular temáticas previstas no conjunto de conteúdos comuns e específicos da proposta curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, visando uma formação crítica, emancipatória e antirracista. Ainda, e talvez como reflexos desta articulação, na regência da disciplina *Seminários de Pesquisa e Ensino 1 e 2*, ao longo do primeiro e segundo semestres letivos, respectivamente, no ano de 2023, duas estudantes manifestaram o interesse em desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – na modalidade de Memorial de Formação com o intuito de investigar e compreender melhor as questões relativas à exclusão da população negra e os silenciamentos a que fora submetida nos espaços e instituições educacionais. Os memoriais de formação, já previstos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) como uma das modalidades de TCC, têm, como objetivo, a

¹⁰ Disponível em: <https://jcr.ifsp.edu.br/index.php/ensino-superior/licenciatura-em-pedagogia>. Acesso em 26/09/2025.

“reflexão sobre a formação intelectual, profissional e experiencial” em que a escrita ocorre ao longo do processo de formação (Câmara; Passeggi, 2013, p. 36).

Confesso que, como uma das docentes responsáveis pela disciplina Seminários de Pesquisa e Ensino, e também como orientadora de um dos TCCs, tive grande o contentamento em auxiliar as estudantes, já não mais na juventude, mas ambas, senhoras que voltaram a estudar, a elaborarem seus trabalhos no âmbito da disciplina. Os títulos dos trabalhos defendidos são os seguintes: *A ausência dos negros e afrodescendentes nos espaços institucionais de educação: memórias e conexões* e *A educação pública brasileira e a trajetória escolar em uma família negra*.

Foram momentos de grandes e importantes aprendizagens para todas as pessoas envolvidas, e também as pessoas que estavam próximas, visto que, no âmbito dos desenvolvimentos dos trabalhos ao longo dos semestres, socializações ocorriam em apresentações e entregas parciais do trabalho em andamento. Impactantes, também, foram as bancas de defesa dos referidos TCCs, visto que são abertas ao público. Configuraram-se em profundos momentos de constatação objetiva pautada em revisões bibliográficas, principalmente de legislações educacionais em leituras e recortes parametrizados às realidades e contextos postos à luz nos microuniversos pessoais narrados que ora se tornavam objetos de pesquisa e, ao mesmo tempo, atestes da conjuntura educacional desigual na sociedade brasileira.

Palavras finais

Considero que, ao longo do relato da minha trajetória como professora afro-indígena brasileira, alcancei o objetivo de apresentar e refletir sobre as minhas práticas pedagógicas em vista da implementação da Lei nº 10.639/2003. Meu trabalho, desde a docência à formação de professores e ao ensino superior, é guiado pelo compromisso com a educação antirracista e inclusiva, alicerçado na consciência crítica que construí com base em Paulo Freire, compreendendo o racismo não como algo individual, mas como uma questão sistêmica e estrutural.

Movida por tal compreensão, segui, e sigo, em uma luta contínua. Mesmo antes da Lei 10.639/2003, para promover a representatividade negra e indígena, utilizando a literatura como

principal meio de ação por um bom tempo de minha jornada profissional e o *Leituração* como práticas antirracistas de valorização das culturas afro-brasileira e indígena, combatendo o silenciamento.

A minha vivência em pesquisa-ação em escolas periféricas, como no projeto focado na biografia de Elza Soares, reitera que a educação pode (re)construir a identidade e a autoestima das crianças negras, gerando transformação na comunidade educacional e local. E a experiência docente no curso de Pedagogia do IFSP – Jacareí, em 2023, embora breve, revelou-se um campo fértil para a promoção da educação democrática e emancipatória, conforme indica o Projeto Pedagógico do Curso. Sendo a única professora negra no curso à época, optei por trabalhar a temática de modo integrado, interdisciplinar, transversal e comprometido com a formação crítica e antirracista nas disciplinas sob minha responsabilidade.

A articulação pedagógica entre componentes como Educação de Jovens e Adultos, Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino-Aprendizagem de Geografia, Estágio Supervisionado e Seminários de Pesquisa e Ensino 1 e 2, sob minha regência, não apenas cumpriu as diretrizes curriculares e propostas do PPC, mas também gerou reflexões profundas e levou os estudantes a questionar desigualdades históricas e o caráter subalterno da educação popular, confirmando a necessidade imperiosa da implementação da Lei 10.639/2003. O êxito da abordagem transdisciplinar e pautada na práxis foi evidenciado pelo grande interesse de duas alunas em desenvolver seus TCCs, na modalidade de Memorial de Formação, focados na exclusão e nos silenciamentos da população negra em instituições de ensino a partir de suas vivências e histórias individuais como microuniversos e atestes de conjunturas sociais complexas. No meu entendimento, esta escolha pode ser um exemplo do impacto da docência ao conectar o saber acadêmico à realidade social.

A educação, quando comprometida com a justiça social, tem o poder de transformar a trajetória dos estudantes, tornando-os agentes de reflexão, e conseqüentes ações refletidas e conscientes sobre a conjuntura educacional brasileira. Em síntese, embora a implementação da Lei 10.639/2003 siga sendo um processo desafiador, parece-nos possível afirmar que a superação do impacto devastador do racismo requer um esforço pedagógico contínuo, transversal e engajado nos espaços institucionais educacionais em vista de justiça social, combate ao preconceito, à discriminação e à redução das desigualdades.

Referências

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 26 set. 2025.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acesso em: 26 de set.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação/Secad, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 10 dez. 2003. p. 1. Acesso em 26 set. 2025.

BRASIL. Parecer CEB nº11/2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica*, 2000. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

CÂMARA, Sandra Cristinne Xavier da; PASSEGGI, Maria da Conceição. Memorial autobiográfico: uma tradição acadêmica no Brasil. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; VICENTINI, Paula Perin; SOUZA, Eliseu Clementino de. (Orgs). *Pesquisa (auto)biográfica: narrativas de si e formação*. 1 ed. Curitiba: CRV, 2013.

EVARISTO, Conceição. A escrituragem e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (Orgs). *Escrituragem: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://fundacaoitau.org.br/observatorio/biblioteca/escrituragem-a-escrita-de-nos-reflexoes-sobre-a-obra-de-conceicao-evaristo>. Acesso em: 26 set. 2025.

EVARISTO, Conceição. Poemas. *Revista Cronos*: Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. v. 23, n. 1, jan./jun. 2022. e-ISSN: 1982-5560. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/issue/view/1339>. Acesso em: 26 set. 2025.

FERRETTI JUNIOR, Arlindo. Eugenia e identidade nacional nos escritos de Monteiro Lobato. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC, 2020.

FIGUEIREDO, Julieta Brites. *Em Nome da Ciência: A Revista do Brasil e as Representações eugênicas/higiênicas, no período lobatiano (1918-1925)*. Tese (Doutorado em Enfermagem e Biociências) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

FLORES, José Ignácio Rivas. Narração, conhecimento e realidade: uma mudança de argumento na pesquisa educativa. In: MELO, Alessandro de. FLORES, José Ignácio Rivas. *Pesquisa narrativa: teoria, práticas e transformação educativa*. Curitiba: Appris, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03*. Brasília: 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260516>. Acesso em: 26 set. 2025.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.1, p. 77-89, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hZmCNP5MtfGB3CDvRbM8nFF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

HORA, Fabiana Soares de Araújo da. *Tia Nastácia e as vozes que ecoam na casa dos brancos: uma análise sobre o mundo sem encanto de Monteiro Lobato*. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, BA, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – Campus Jacaré. Projeto Pedagógico de Curso. Licenciatura em Pedagogia. Disponível em: <https://jcr.ifsp.edu.br/index.php/ensino-superior/licenciatura-em-pedagogia>. Acesso em: 26 set. 2025.

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça; SILVA, Andre Felipe Candido da. O racismo em “Mangas de Camisa”: a questão racial na correspondência entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais* – ISSN: 1807-6971 – jan. / jun. 2022. vol.19. ano XIX nº 1. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1024>. Acesso em: 26 set. 2025.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2025.

NATÁLIA, Livia. Intelectuais escrevintes: enegrecendo os estudos literários. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (Orgs). *Escritura: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://fundacaoitau.org.br/observatorio/biblioteca/escritura>

a-escrita-de-nos-reflexoes-sobre-a-obra-de-conceicao-evaristo. Acesso em: 26 set. 2025.

ROSE, David; MARTIN, James Robert. *Leer para aprender. Lectura y escritura en las áreas del currículo*. Madrid: Ediciones Pirámide, 2018. Traducido por Ana Bustelo Tortella.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., (orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311-. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

UNICEF. *O impacto do racismo na infância*. Brasília: 2010. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

SANTOS, Wesley Ribeiro dos. *À sombra de Monteiro Lobato: racismo e eugenia nas terras do Sítio do Picapau Amarelo*. 2022. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

*Recebido em: 02 out. 2025.
Aprovado em: 08 nov. 2025.*

*Revisor(a) de língua portuguesa: a autora
Revisor(a) de língua inglesa: a autora
Revisor(a) de língua espanhola: a autora*